



Vergílio ferreira

Agrupamento de Escolas

PROJETO EDUCATIVO 2024-2028

“ Educar a mente sem educar o coração não é educação.”

(Aristóteles)

SETEMBRO 2024

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	5
2. O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VERGÍLIO FERREIRA	8
2.1. Identidade do Agrupamento	8
2.1.1. Estabelecimentos de educação e ensino – Pré-Escolar e 1.º Ciclo	9
2.1.2. Estabelecimento de educação e ensino integrado – Pré-Escolar até 3.º Ciclo	11
2.1.3. Estabelecimentos de educação e ensino – 2.º e 3.º Ciclos e Secundário	11
2.2. Instalações	12
2.3. Comunidade Educativa	16
2.3.1. Alunos	16
2.3.2. Corpo Docente	18
2.3.3. Corpo de Pessoal Não Docente	18
2.3.4. Associações de Pais e Encarregados de Educação	19
2.3.5. Associação de Estudantes	19
2.4. Oferta Educativa e Formativa	20
2.5. Parcerias e Protocolos	21
3. AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR	21
4. ESCOLA INCLUSIVA	23
5. TRANSIÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	25
5.1. Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE)	25
5.2. Plano de Ensino à Distância (E@D)	26
6. ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	26
7. MISSÃO, VISÃO E VALORES	27
8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: BALANCED SCORECARD e SWOT	28
8.1. Balanced Scorecard – Breve Apresentação	28
8.2. Estudo Estratégico – Análise SWOT	29
8.2.1. Ambiente Interno	30
8.2.2. Ambiente Externo	31
9. PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA	31
9.1. Objetivos estratégicos e estratégias de intervenção	31
9.2. Objetivos, metas e indicadores de avaliação	35
10. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	40
11. MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	42
OUTROS DOCUMENTOS	42
ANEXOS	43
ANEXO 1. OFERTA EDUCATIVA 2024/2025	43
ANEXO 2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E EDUCATIVO	44
ANEXO 3. PARCERIAS E PROTOCOLOS	45

NOTA INTRODUTÓRIA

O Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) constitui um documento estruturante que consagra a definição de objetivos, princípios e valores, que visam garantir a adequação do sistema educativo do Agrupamento, promovendo a qualidade pedagógica, a articulação vertical dos diferentes níveis de ensino que o integram e a racionalização dos seus recursos humanos.

A Escola de hoje assume-se como elemento essencial nos processos de perceção e assimilação de uma herança cultural constituindo, simultaneamente, um elemento privilegiado de intervenção na transformação social. Desta forma, a escola atual tem de estar preparada para a constante reflexão sobre o seu papel, buscando a construção de novas visões sobre o modo de estar e de atuar nos diferentes espaços sociais onde interage.

O Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, o Despacho Normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, o Decreto-Lei n.º 55/2018 e o Decreto-Lei n.º 54/2018, ambos de 6 de julho, apontam o Projeto Educativo como um dos instrumentos essenciais à plena concretização do regime de autonomia, administração e gestão das escolas.

O Decreto-Lei n.º 55/2018 e o Decreto-Lei n.º 54/2018, visam ainda atualizar e melhorar as condições do exercício da autonomia pedagógica e organizativa de cada escola e harmonizá-los com os princípios consagrados no regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

O Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho, que homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, com alterações introduzidas pela Lei 116/2019 de 13 de setembro, que aposta numa escola inclusiva; o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, que preconiza uma maior flexibilidade na gestão curricular; e o Despacho n.º 5908/2017 de 5 de julho, que visa a promoção de melhores aprendizagens indutoras do desenvolvimento de competências contextualizada, têm gerado nos diferentes contextos de intervenção a emergência de processos coletivos de aprendizagem organizacional e pedagógica que pressupõem uma mudança de mentalidades e de práticas educativas.

A Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, garante o direito quer dos alunos quer dos pais e encarregados de educação a participarem na construção / elaboração do Projeto Educativo.

O Programa de Digitalização para as Escolas, no âmbito do Plano de Ação para a Transição Digital, de 21 de abril de 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020) prevê a transformação digital das escolas. O Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola

(PADDE) tem por base o quadro conceptual dos documentos orientadores desenvolvidos pela Comissão Europeia, designadamente o DigCompEdu e o DigCompOrg.

1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo do Agrupamento (PEA), documento orientador da gestão do Agrupamento, assenta no pressuposto de que os alunos são o principal referencial da ação e que esta depende sobretudo da capacidade de mobilização e de envolvimento dos recursos humanos em exercício nos diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Vergílio Ferreira (AEVF), bem como da participação das famílias, das autarquias e dos restantes agentes que constituem a Comunidade Educativa.

Nesta perspetiva, este documento consagra em si a orientação educativa do Agrupamento e explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o AEVF se propõe cumprir a sua função educativa, identificando e formulando prioridades de desenvolvimento pedagógico, com vista à valorização do saber e à promoção de uma atitude de disponibilidade para a aprendizagem.

Resultante de uma dinâmica participativa, construtiva e integrativa, o PEA pretende mobilizar todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma política interna orientada para o sucesso escolar e pessoal. Em simultâneo, procura, igualmente, tornar socialmente reconhecível a identidade do AEVF e assumir-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.

Do conceito adotado de Projeto emergem as ideias de mudança, de visão e de futuro desejado. Este PEA apresenta-se, assim, como uma estratégia fundamental de mudança para a construção dos processos de inovação e de desenvolvimento organizacional sustentado, dando continuidade, dentro do possível, ao projeto iniciado no quadriénio anterior. Ambiciona-se que este PEA seja a expressão da identidade organizacional deste Agrupamento no seu relacionamento com a comunidade educativa, apontando soluções para os problemas e desafios que surgem desta mesma relação. A visão do futuro e a procura e clarificação da direção a seguir foram sendo coletivamente construídas e partilhadas pelos membros da comunidade educativa no sentido de se elaborar um projeto da organização e fazer da organização um projeto.

No atual contexto, caracterizado por uma constante mutação, a Escola tem de afirmar-se como uma das instituições que mais contribui para o desenvolvimento estratégico da sociedade, nomeadamente, nas suas vertentes atitudinal, tecnológica e multicultural. Nesta perspetiva, o PEA surge como um documento aglutinador e organizador da diversidade, estruturante de uma identidade e de apoio a uma singularidade criativa e dinâmica. Exprimindo a identidade das suas escolas, o Projeto deverá funcionar como uma referência orientadora de toda a vida escolar, dotando-a de coerência e de uma intencionalidade clara.

Os vetores estratégicos definidos, ou seja, as grandes linhas orientadoras desta organização educativa, são representativos do caminho que deve ser seguido no horizonte temporal do seu

plano estratégico. A definição daqueles vetores resultou de uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) expressa na apreciação dos pontos fortes e pontos fracos internos e dos constrangimentos e oportunidades da envolvente externa e do conhecimento existente no quadriénio 2020/2024. Para esta análise contribuíram os resultados da Avaliação Externa, realizada no ano letivo 2023-2024, com base nos pontos fortes e nas áreas de melhoria observadas por domínios (Autoavaliação, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo, Resultados), de acordo com a Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, alterada pelo Art.º 182 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. A equipa de avaliação externa visitou o Jardim de Infância da Horta Nova, as escolas básicas Prista Monteiro, de Telheiras, n.º 1 de Telheiras, São Vicente, Lumiar e a escola-sede e realizou a observação da prática educativa e letiva em todos os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento.

Estes vetores estratégicos incluem um conjunto de objetivos elaborados no âmbito da metodologia do balanced scorecard (BSC), a qual servirá de apoio no acompanhamento da medição da performance, através do plano estratégico construído na base das seguintes perspetivas (cf. secção 11): alunos/comunidade, processo, crescimento/desenvolvimento e recursos (humanos, financeiros e material).

Através deste Projeto Educativo, o Agrupamento organiza-se de forma a responder às necessidades de desenvolvimento interno dos seus estabelecimentos de ensino, não esquecendo as necessidades da comunidade em que está integrado, tendo por base a construção da autonomia das escolas e a melhoria do seu funcionamento, em torno de três dimensões: participação, estratégia e liderança.

A elaboração deste Projeto Educativo de Agrupamento pauta-se, assim, pelos princípios de Humanismo, Ética, Inclusão, Tolerância, Justiça, Responsabilidade, Disciplina, Rigor, Cooperação e Bem-estar.

Como documento potenciador dos recursos existentes, o Projeto Educativo constitui uma referência para a elaboração do Regulamento Interno, do Plano Anual de Atividades e do Relatório de Autoavaliação.

A escola enfrenta desafios constantes, exigindo o fortalecimento do trabalho colaborativo e uma revisão contínua da organização pedagógica do Agrupamento e das suas estruturas de gestão intermédia.

O quadro legislativo, embora regule as normas estruturantes dirigidas às mudanças e desafios que se colocam à escola e à sociedade que integramos, não gera, por si só, dinâmicas pedagógicas e organizacionais de qualidade, capazes de aumentar o sucesso educativo dos alunos. Documento orientador principal do AEVF, este PEA, ao circunscrever também as aspirações de toda a comunidade educativa, constitui um desafio que protagoniza a própria

comunidade educativa, responsabilizando-a individual e coletivamente pela sua eficaz concretização.

A procura sistemática de melhores condições pedagógicas, norteadas pelos valores de uma escola pública de qualidade e aliada a uma cultura de sentido de responsabilidade contribuirão, certamente, para uma Escola mais autónoma, mais participativa e mais inclusiva.

2. O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VERGÍLIO FERREIRA

2.1. Identidade do Agrupamento

O AEVF surge da agregação da Escola Secundária de Vergílio Ferreira (ESVF) com o Agrupamento de Escolas de Telheiras (AET), como consequência do processo de reorganização da rede escolar em junho de 2012. Em abril de 2013, o Agrupamento de Escolas de São Vicente/Telheiras (AESV) é também integrado nesta Unidade Orgânica, passando esta a congregar **dez escolas**:

- **dois** jardins de infância:
 - o Jardim de Infância de Telheiras (JIT);
 - o Jardim de Infância da Horta Nova (JIHN);
- **cinco** escolas de primeiro ciclo (quatro com valência de jardim de infância):
 - o Escola Básica n.º 1 de Telheiras (EBT);
 - o Escola Básica do Lumiar (EBL/JI);
 - o Escola Básica D. Luís da Cunha (EBDLC/JI);
 - o Escola Básica Luz Carnide (EBLC/JI);
 - o Escola Básica Prista Monteiro (EBPM/JI);
- **duas** escolas com segundo e terceiros ciclos e **uma** com terceiro ciclo e secundário
 - o Escola Básica de Telheiras (EBT);
 - o Escola Básica de S. Vicente (EBSV), (escola integrada com valências do jardim de infância ao terceiro ciclo);
 - o Escola Secundária de Vergílio Ferreira (ESVF), escola sede do agrupamento (terceiro ciclo e secundário).

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Jardim de Infância da Horta Nova	X				
Jardim de Infância de Telheiras	X				
Escola Básica Dom Luís da Cunha	X	X			
Escola Básica do Lumiar	X	X			
Escola Básica da Luz-Carnide	X	X			
Escola Básica Prista Monteiro	X	X			
Escola Básica n.º 1 de Telheiras		X			
Escola Básica de São Vicente	X	X	X	X	
Escola Básica de Telheiras			X	X	
Escola Secundária Vergílio Ferreira (escola-sede)				X	X

A área geográfica onde se inserem os estabelecimentos escolares deste Agrupamento é Lisboa Norte, nas **freguesias de Carnide, Lumiar e Alvalade**. O contexto geográfico em que o Agrupamento se insere apresenta uma distância física entre os estabelecimentos de ensino e a sede do Agrupamento no máximo de 2,5 quilómetros. Os estabelecimentos de ensino integram uma população discente muito heterogénea. O Anexo 2 apresenta alguns dados referentes à comunidade educativa.

2.1.1. Estabelecimentos de educação e ensino – Pré-Escolar e 1.º Ciclo

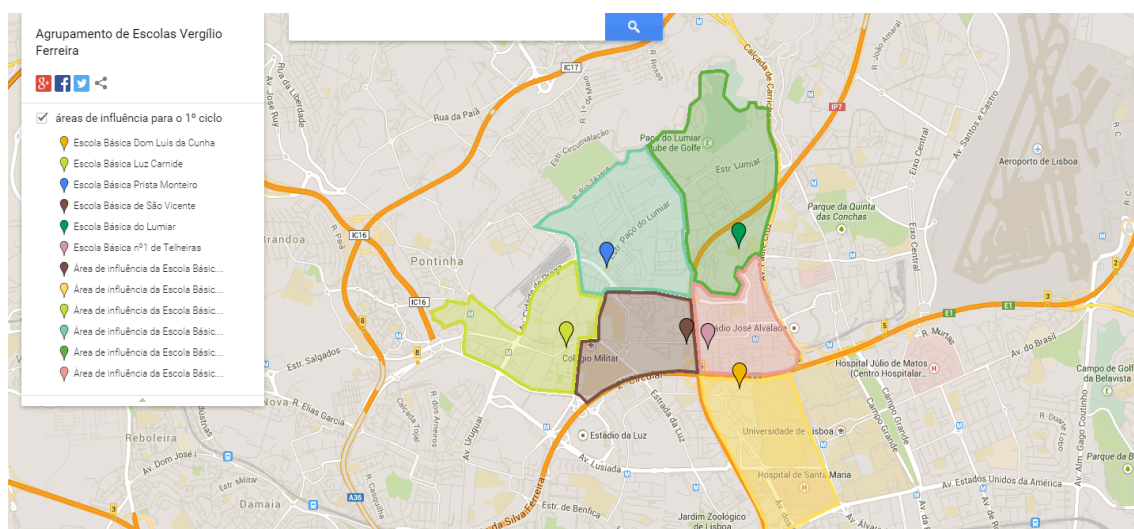


Figura 1 – Mapa de localização dos estabelecimentos de educação e ensino dos pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

Escola Básica Dom Luís da Cunha

A Escola Básica Dom Luís da Cunha localiza-se na freguesia de Alvalade, na Rua Dom Luís Cunha, junto à 2.ª Circular. O início do funcionamento ocorreu no ano letivo de 1981/1982. A população é proveniente do realojamento do Bairro da Quinta da Calçada, Quinta dos Barros e Quinta das FONSECAS e de mais dois bairros sociais de cooperativas económicas (Cooperativa 25 de Abril e Cooperativa Unidade do Povo).

Escola Básica Luz Carnide

A Escola Básica Luz-Carnide, de tipologia original P3, situa-se na Rua Maria Brown, na freguesia de Carnide. O início do seu funcionamento ocorreu no ano letivo de 1981/1982. A escola foi requalificada, tendo tido a sua inauguração, das renovadas instalações, no início do ano letivo 2014-2015. O Jardim de Infância do Largo da Luz começou a funcionar a 30 de novembro de 1998. A Portaria nº 950/99 de 29 de outubro oficializou o seu funcionamento juridicamente.

Escola Básica Prista Monteiro

A Escola Básica Prista Monteiro, insere-se no bairro social da Horta Nova, em Carnide, onde foram realojadas todas as famílias que moravam no bairro de edificações precárias com o mesmo nome. Este estabelecimento de ensino beneficia de instalações que tiveram a sua inauguração no dia 26 de maio de 1997 e que oferecem boas condições de funcionamento.

Escola Básica do Lumiar

A Escola Básica do Lumiar funciona num edifício construído de raiz para este efeito, em 2002.

Escola Básica de Telheiras N.º 1

A Escola Básica de Telheiras N.º 1 (antiga Escola n.º 57) funciona, desde o ano letivo de 1982/1983, num edifício tipo P3 adaptado com seis núcleos. Esta escola começou a ser requalificada no final do ano letivo 2018/2019, prevendo-se a sua conclusão em julho de 2021 (Intervenção sobre a Proposta nº 702/2019 - Reabilitação e ampliação da Escola Básica nº 57 de Telheiras, na Assembleia Municipal de Lisboa de 19 de novembro de 2019).

Jardim de Infância da Horta Nova

O Jardim de Infância da Horta Nova foi criado pela portaria N.º 1227/97, de 15 de dezembro (D.R. 1ª Série B n.º 228). Desde o ano letivo de 2002/2003 o Jardim de Infância funciona em instalações construídas de raiz, situadas no Bairro da Horta Nova junto à Escola Básica Prista Monteiro.

Jardim de Infância de Telheiras

O Jardim de Infância funciona num edifício construído de raiz para este efeito, desde 1998.

2.1.2. Estabelecimento de educação e ensino integrado – Pré-Escolar até 3.º Ciclo

Escola Básica de S. Vicente

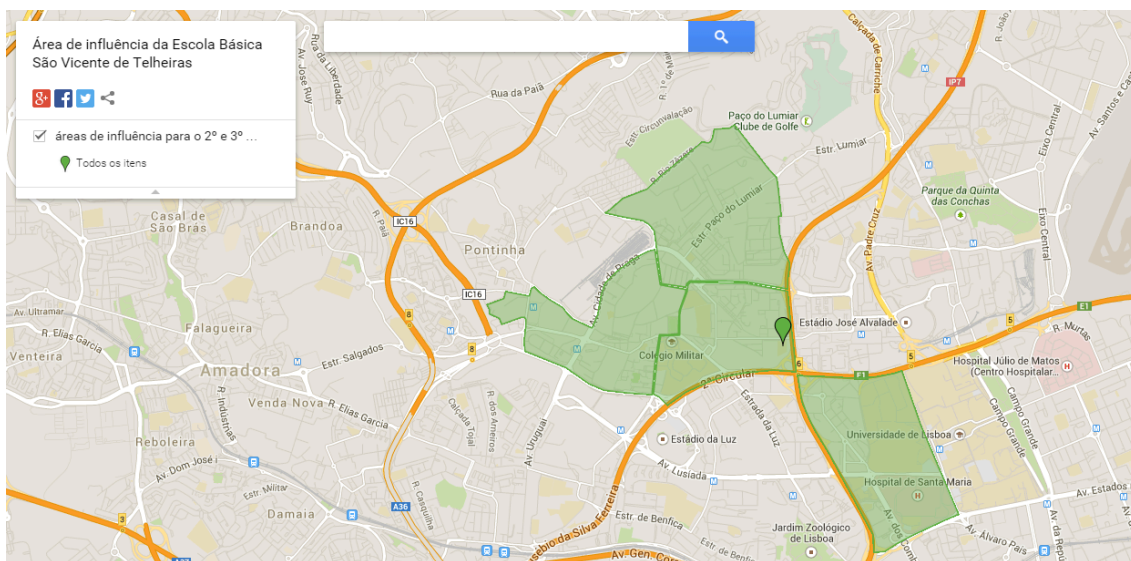


Figura 2 – Mapa de localização do estabelecimento de educação e ensino integrado

A escola foi criada pela Portaria 406/80 de 15 de julho, com o nome de Escola Secundária de Telheiras, para integrar excedentes da área pedagógica. As instalações, constituídas por pavilhões pré-fabricados, foram inauguradas em janeiro de 1982.

No ano letivo 1999/2000, por decisão superior, foi implementado o 2.º ciclo, passando a escola a ter a designação de Escola E. B. 2/3 de Telheiras n.º 2.

Desde setembro de 2011 a escola funciona em novas instalações, com a designação de Escola Básica de São Vicente.

2.1.3. Estabelecimentos de educação e ensino – 2.º e 3.º Ciclos e Secundário

Escola Básica de Telheiras

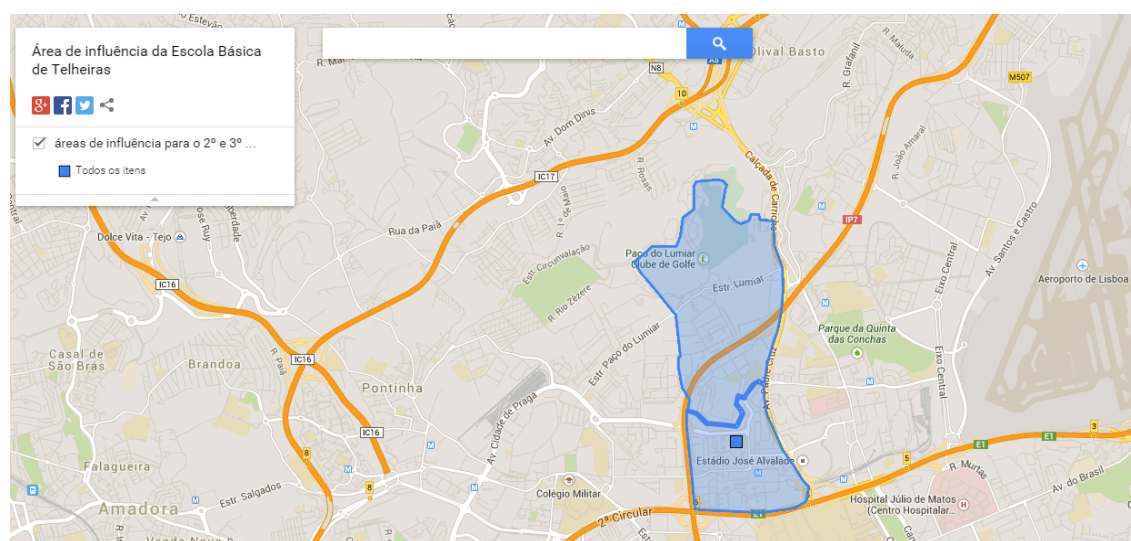


Figura 3 – Mapa de localização do estabelecimento escolar dos 2º e 3º ciclos - Escola Básica de Telheiras

Esta escola foi edificada no ano letivo de 1995/96. A Escola Básica de Telheiras celebrou, em 2010, uma parceria de mecenato na requalificação das infraestruturas desportivas.

Escola Secundária de Vergílio Ferreira

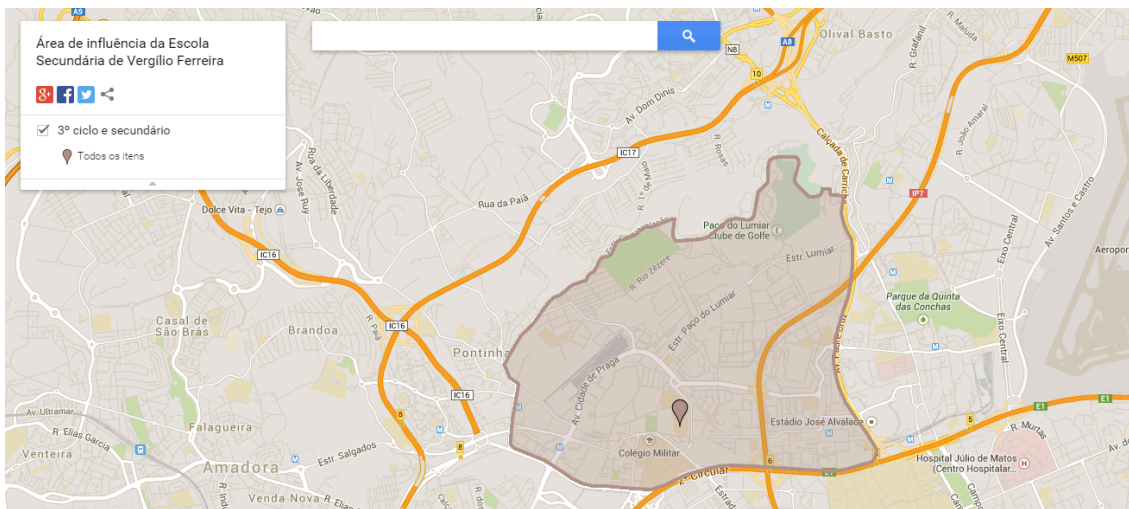


Figura 4 – Mapa de localização do estabelecimento escolar do 3º ciclo e secundário - Escola Secundária de Vergílio Ferreira

A Escola Secundária de Vergílio Ferreira situa-se na antiga “Quinta dos Inglesinhos”, ocupada até ao século XIX por frades católicos irlandeses e a partir de 1923 por instituições escolares.

Em 1983 foram construídos cinco blocos, ocupados por trinta e seis turmas do 3.º Ciclo do Ensino Básico e só em 1988 se iniciou a leção do Ensino Secundário. Posteriormente, foram construídos, faseadamente, mais cinco blocos: três em 1986, um em 1995 e o pavilhão gimnodesportivo em 1999.

Em 2002, a partir da recuperação de um velho edifício e respeitando a sua arquitetura, surgiu o Centro de Recursos Educativos. A Escola Secundária de Vergílio Ferreira foi intervencionada pela Construção Pública (Parque Escolar) entre 2009 e 2012, tendo recebido o Prémio Valmor.

A Escola Secundária de Vergílio Ferreira é uma Escola de Referência para a Educação Bilingue dos Alunos Surdos (EREBAS).

2.2. Instalações

O Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira engloba dez escolas, constituídas por vários edifícios/estruturas, repartidas por diferentes espaços geográficos e composição que se apresenta nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 — Instalações das estruturas dos estabelecimentos da educação pré-escolar: Jardim de Infância de Telheiras (JIT) e Jardim de Infância da Horta Nova (JIHN).

Instalações dos estabelecimentos do Pré-Escolar (JI)		
Estruturas	JIT	JIHN
Salas de atividades	6	4
Sala AAAF	1	—
Salão polivalente	1	1
Refeitório	1	—
Cozinha	1	—
Copa	1	1
Sala de apoio à Copa	—	1
Fraldário/Instalação sanitária adaptada	1	1
Instalações sanitárias de crianças	3	2
Instalações sanitárias de adultos	2	2
Sala de Educadores	1	1
Sala de Assistentes Operacionais	1	—
Sala de Direção (pequeno gabinete)	—	1
Biblioteca	—	—
Ludoteca	—	—
Sala de Arrumações	3	4
Sala da Caldeira	1	1
Gabinete Médico	1	—
Jardim de Inverno	1	—
Sala de Informática	—	—
EXTERIOR		
Recreio	1	1
Espaços Ajardinados/Horta	1	1
Equipamentos recreativos	3	4

Tabela 2 – Instalações das estruturas dos estabelecimentos de 1.º ciclo e de 1.º ciclo com pré-escolar: Escola Básica de Telheiras Nº1 (EBT1), Escola Básica do Lumiar (EBL/JI), Escola Básica Luz Carnide (EBLC/JI), Escola Básica D. Luís da Cunha (EBDLC/JI) e Escola Básica Prista Monteiro (EBPM/JI).

Instalações dos estabelecimentos do 1º Ciclo e 1º Ciclo com Pré-Escolar					
Estruturas	EBT1	EBL/JI	EBLC/JI	EBDLC/JI	EBPM/JI
Auditório	—	—	—	—	—
Biblioteca/Centro de Recursos	1	1	---	2	—
Cozinha	1	1	1	1	—
Salas de aula	12	12	7	10	12
Sala para Apoios Educativos	—	—	—	2	2
Sala de AAAF	—	—	—	1	—
Sala dos Professores	1	1	—	1	1
Sala Polivalente	1		1	1	1
Sala de Música	1	2	—	—	1
Reprografia	1	Receção	—	1	—
Salas de atividades (JI)	—	4	1	3	2
Ginásio	1	1	—	1	1
Arrecadação/Despensa	1	3	1	2	1
Refeitório	1	1	1	1	1
Copa	1	1	—	1	1
Fraldário/Instalação sanitária adapt.	2	1	—	2	1
Instalações sanitárias (JI)	—	2	1	3	2
Sala de Educadores	—	—	—	1	1
Instalações sanitárias (1.º ciclo)	12 (+3 adultos)	4 +2 (ginásio)	4	4	12
Gabinete médico	—	1	—	1	—
Sala de informática	1	Biblioteca	—	—	1
Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)	1	2 salas	—	—	1
Sala de Assistentes Operacionais	1	1	—	1	1
Pequenos gabinetes polivalentes	3	—	2	2	2
EXTERIOR					
Recreio	2	1	1	3	1
Equipamentos do parque infantil	3	1	2	3	—
Espaços Ajardinados/Horta	4	1	1	3	(canteiros)
Campo de jogos	1	1		1	1

Tabela 3 – Instalações das estruturas dos estabelecimentos das Escola Integrada São Vicente (EBSV), Escola Básica de Telheiras (EBT) e Escola Secundária Vergílio Ferreira (ESVF).

Instalações dos estabelecimentos do 2º e 3º Ciclos, Pré-Esc. a 3º Ciclo e Secundário			
Estruturas	EBT (2.º e 3.º Ciclos)	EBSV (Pré-Esc a 3.º C)	ESVF (3.º C e Sec)
Auditório	—	1	2
Bar de Professores/alunos	1	1	1
Sala de professores	1	1	1
Biblioteca/Centro de Recursos	1	1	1
Cozinha	1	1	1
Refeitório	1	1	1
Gabinete de EMAEI	—	—	—
Gabinete Médico		1	
Gabinetes de trabalho	3	4	4
Gabinete de Apoio - Assistente Social	—	1	
Salas de aula	19	42	54
WC feminino	16	6	43
WC masculino	10 + 5 urinóis	6	43
WC Mobilidade Reduzida	—	4	8
Laboratório de Ciências/Biologia	—	1	4
Laboratório de Física	—	—	2
Laboratório de Física e Química	—	1	—
Laboratórios de Química	—	—	2
Reprografia/ Papelaria	1	1	1
Sala Atendimento aos EE	1	1	1
Sala da Associação de Estudantes	—	—	1
Sala de Direção	1	1	1
Sala de Reuniões	—	1	1
Sala de Conselho Geral	—	—	1
Sala de Diretores de Turma	1	1	1
Sala de Educação Musical	1	1	—
Sala de Educação Visual/Artes	1	2	3
Sala de Educação Visual/ Tecnológica	2	1	1
Sala de estudo	—	—	1
Serviços Administrativos	—	—	1
Sala de informática	1	2	5
Sala da Associação de Pais/EE	—	Variável	1
Gabinete de Psicologia	1	—	1
Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)	—	1	—
Centro de Apoio às Aprendizagens (CAA) - Autismo	—	1	—
Centro de Apoio às Aprendizagens (CAA) - Multideficiência	—	1	1
Centro de Apoio à Aprendizagem	—	1	1

(CAA)			
Pavilhão/Ginásio	1	1	1
Sala de pausa	—	—	1
Sala polivalente	—	1	1
Sala de primeiros socorros	—	—	2
Componente de Apoio à Família (CAF) - 1º e 2º Ciclos	—	3 salas	—
Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) - Pré-Escolar	—	1 sala	—
EXTERIOR			
Campo desportivo	1	3	2
Recreio	X	X	X
Espaços Ajardinados/Horta	X	X	X
Sala de Trabalho	1	—	—

2.3. Comunidade Educativa

A escola é mais do que um espaço de aprendizagem — é uma comunidade viva onde cada membro contribui para o crescimento integral das crianças e jovens. Como defendeu Paulo Freire, *“a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. E as pessoas transformam o mundo.”* Neste sentido, o envolvimento ativo da comunidade educativa é essencial para construir uma escola verdadeiramente humanista, participativa e transformadora.

2.3.1. Alunos

Na abertura do ano letivo de 2024/2025, o AEVF integra um total de **3911 alunos**, distribuídos por 146 turmas e 23 grupos. Os alunos deste Agrupamento provêm de agregados familiares de vários estratos sociais, provenientes de contextos culturais e económicos diversos:

Nível de Ensino	Número de alunos	Total
Pré-Escolar	490	3911
1º CEB	1052	
2º CEB	564	
3º CEB	860	
Secundário	945	

Apesar de o contexto geográfico privilegiado em que o Agrupamento se insere e de a distância física entre os estabelecimentos de ensino e a sede do Agrupamento ser no máximo 2,5 quilómetros, verifica-se alguma heterogeneidade na população discente: uma maioria dos alunos evidencia sinais de estabilidade e capacidade financeira, mas **18,6%** necessitam de auxílios económicos por parte da Ação Social Escolar, sendo de realçar a existência de quatro escolas em que o apoio social escolar atinge valores de 51,1% (Escola Básica Prista Monteiro), 42,5% (Jardim de Infância da Horta Nova), 24,3% (Escola Básica São Vicente), 19,3% (Escola Básica Luz Carnide).

Apoio Social Escolar 2024/2025					
Escolas	Escalão A	Escalão B	Total alunos ASE	Total alunos/ escola/	% do AEVF
Escola Secundária Vergílio Ferreira	65	71	136	1205	11,3%
Escola Básica de Telheiras	50	40	90	596	15,1%
Escola Básica S. Vicente	125	61	186	765	24,3%
Escola Básica Telheiras N.º 1	8	14	22	271	8,1%
Escola Básica do Lumiar	22	29	51	343	14,9%
Escola Básica Luz Carnide	16	19	35	181	19,3%
Escola Básica Prista Monteiro	63	29	92	180	51,1%
Escola Básica D.L. Cunha	43	25	68	161	41%
Jardim de Infância de Telheiras	7	7	14	129	10,9%
Jardim de Infância da Horta Nova	23	11	34	80	42,5%
Total AEVF	422	306	728	3911	18,6%

2.3.2. Corpo Docente

- um **corpo docente** constituído por **386 docentes**, distribuídos pelos seguintes grupos de recrutamento:

DOCENTES			
Grupo de recrutamento	Total	Grupo de recrutamento	Total
100	31	400	11
110	70	410	7
120	3	420	11
200	10	430	6
210	2	500	23
220	6	510	20
230	17	520	17
240	9	530	0
250	5	550	13
260	5	600	12
290	2	620	21
300	28	910	29
320	7	920	4
330	15	930	1
360	1		

2.3.3. Corpo de Pessoal Não Docente

O corpo do **pessoal não docente** é composto por **140 membros**, trabalhadores que, no âmbito das respetivas funções, contribuem para apoiar a organização e a gestão da atividade socioeducativa e de apoio à família, incluindo os serviços especializados de apoio socioeducativo e integram as seguintes carreiras/categorias:

- Técnico Superior;
- Assistente Técnico;
- Assistente Operacional.

PESSOAL NÃO DOCENTE				
Carreiras/Categorias			Total	Total Global
Técnico Superior	Psicologia	4	12	134
	Língua Gestual Portuguesa	7		
	Assistente Social	1		
Assistente Técnico			12	
Assistente Operacional			110	

2.3.4. Associações de Pais e Encarregados de Educação

As Associações de Pais e Encarregados de Educação existentes no Agrupamento são parceiros fundamentais, cuja participação é importante em vários domínios e áreas.

No AEVF existem diversas associações de pais/encarregados de educação, designadamente:

- Associação de Pais/Encarregados de Educação da Escola Básica do Lumiar (APAF);
- Associação de Pais/Encarregados de Educação do Jardim de Infância e Escola Básica de Telheiras n.º 1 (APJI e EB1);
- Associação de Pais/Encarregados de Educação da Escola Básica de Telheiras;
- Associação de Pais/Encarregados de Educação da Horta Nova;
- Associação de Pais/Encarregados de Educação D. L. Cunha;
- Associação de Pais/Encarregados de Educação de S. Vicente;
- Associação de Pais/Encarregados de Educação da Luz Carnide;
- Associação de Pais/Encarregados de Educação da Escola Secundária de Vergílio Ferreira.

2.3.5. Associação de Estudantes

Nos termos da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, com a redação atualizada pela Lei n.º 57/2019, a Associação de Estudantes constitui-se como a entidade representativa de todos os estudantes de uma escola ou agrupamento, regendo-se pelos princípios do movimento associativo, pela legislação em vigor e pelos seus próprios estatutos. No Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira (AEVF), existe uma **Associação de Estudantes na escola sede, a Escola Secundária Vergílio Ferreira.**

A Associação de Estudantes tem como missão fundamental defender os interesses dos alunos, promovendo a sua participação ativa na vida escolar e na construção de uma cultura democrática, crítica e responsável. Nesse sentido, compete-lhe propor, dinamizar e colaborar na realização de atividades de enriquecimento científico, cultural, desportivo e cívico, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o fortalecimento da vivência escolar enquanto espaço de formação e cidadania.

A Associação dispõe do direito a uma sala de trabalho, cedida pela Direção do Agrupamento para o exercício das suas funções. Esta cedência está sujeita à utilização adequada do espaço para os fins a que se destina, podendo ser revista ou revogada pela Direção, caso se verifique a sua não utilização ou uso indevido.

Reconhecendo a importância da participação estudantil nos processos educativos e organizativos da escola, o Agrupamento valoriza o papel da Associação de Estudantes

enquanto parceiro institucional ativo, no respeito pela autonomia, responsabilidade e diálogo construtivo.

2.4. Oferta Educativa e Formativa

O AEVF tem, ao longo dos anos, procurado adequar a oferta educativa e formativa às necessidades e expectativas da sua população escolar, sem descurar a realidade económica e social. A generalização da flexibilidade curricular, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 55/2018, no final do ano letivo 2017-18, conduziu a alterações na matriz curricular dos anos iniciais de ciclo, de que se destacam a introdução das disciplinas de TIC no 5.º ano e de Cidadania e Desenvolvimento (no 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, embora em modalidades distintas).

De destacar, ainda, algumas linhas de atuação fundamentais assumidas pelo Agrupamento, nomeadamente: a intervenção precoce na infância; o ensino bilingue de alunos surdos; a diversificação de ofertas profissionalizantes e de percursos curriculares diferenciados; a parceria com o Instituto Gregoriano de Lisboa, que integra alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

A Oferta Educativa é apresentada no **ANEXO 1. OFERTA EDUCATIVA 2024/2025**, enquanto os **Projetos de Desenvolvimento Pedagógico e Educativo**, que enriquecem e complementam essa oferta, estão descritos no **ANEXO 2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E EDUCATIVO**, de natureza dinâmica, refletindo a constante atualização e inovação pedagógica do Agrupamento.

2.5. Parcerias e Protocolos

O Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira tem vindo a investir de forma consistente no estabelecimento de protocolos de colaboração com diversas entidades externas. Esta aposta estratégica visa não só reforçar a cooperação institucional e o enriquecimento curricular, mas também promover oportunidades de formação em contexto real de trabalho, facilitando a transição dos alunos para a vida ativa. As parcerias desenvolvidas contribuem significativamente para a concretização do projeto educativo do Agrupamento, fortalecendo a ligação entre a escola e a comunidade. A listagem das Parcerias e Protocolos estabelecidos, apresentada no **ANEXO 3. PARCERIAS E PROTOCOLOS**, é dinâmica, sendo atualizada sempre que se verifiquem novas colaborações ou alterações às existentes.

3. AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

Na construção de um currículo do século XXI, as orientações relativas às boas práticas educativas adotam um conjunto de ações que convergem para o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e que constituam respostas efetivas às necessidades de todos os alunos. Estas ações centram-se na publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que define os princípios de organização do currículo dos ensinos básico e secundário, bem como no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com alterações introduzidas pela Lei 116/2019 de 13 de setembro que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva.

Neste âmbito, o AEVF aposta numa gestão autónoma e flexível do currículo como instrumento a desenvolver, “em diálogo com os alunos, as famílias e a comunidade, de modo que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”. Estas competências assentam na definição das *Aprendizagens Essenciais (AE)*, homologadas, para o ensino Básico e Secundário, pelo Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto, que constituem **“documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, e visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”**.

De acordo com o explicitado no Plano de Ação Estratégica da Autonomia e Flexibilidade Curricular do AEVF, as AE, tendo sido construídas a partir dos documentos curriculares existentes, “são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o **denominador curricular comum**, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. A componente do referencial curricular designada por **Aprendizagens Essenciais** expressa a tríade de elementos – **conhecimentos, capacidades e atitudes** – ao longo da progressão curricular, explicitando:

- (a) o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos);
- (b) os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender);
- (c) o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina – na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas, num dado ano de escolaridade. Tudo isto integrado no ciclo respetivo e olhado na sua continuidade e articulação vertical, ao longo da escolaridade obrigatória”.

(Fonte: *Aprendizagens Essenciais*, DGE)

No ano letivo de 2018/2019, o AEVF passou a implementar o estipulado no decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho (referente à Educação Inclusiva) e no decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho (referente à Flexibilidade Curricular), bem como as Aprendizagens Essenciais para o ensino básico (homologadas pelo despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho) e para o ensino secundário (homologadas pelo despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto) e o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. Neste mesmo ano letivo, a Flexibilidade Curricular e as Aprendizagens Essenciais foram postas em prática em todas as turmas de início de ciclo, ao nível do 1.º, do 5.º, do 7.º e do 10.º anos, passando, depois, gradualmente, a ser extensíveis a todos os anos de escolaridade.

O Projeto Educativo do AEVF destaca **7 grandes objetivos estratégicos**, pilares do plano estratégico para o quadriénio 2024-2028, conforme apresentados em **9.1. Objetivos estratégicos e estratégias de intervenção**.

Tendo por base o Projeto Educativo do Agrupamento, que visa fortalecer o papel da escola enquanto espaço de desenvolvimento humano, valorizando as relações afetivas, a inclusão e a aprendizagem significativa, e considerando a experiência dos anos letivos anteriores em que o tema aglutinador dos Projetos DAC foi “Escola - Atelier da Felicidade”, a implementação do PADDE (Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas) e as orientações recolhidas junto do Conselho Pedagógico, surge a proposta do seguinte tema aglutinador para este novo ciclo: “A Escola como Espaço de Vida: lugar de afeto e aprendizagem”.

Esta nova proposta surge em continuidade com o caminho anteriormente trilhado, mantendo o foco na valorização da dimensão emocional e relacional da escola. Enquanto o tema “Escola - Atelier da Felicidade” promovia uma abordagem centrada na criatividade, no bem-estar e na expressão pessoal, “A Escola como Espaço de Vida: lugar de afeto e aprendizagem.” aprofunda esta visão, enfatizando a importância da construção de relações significativas e da aprendizagem com sentido. Assume-se, assim, uma perspetiva pedagógica integradora, que reforça a escola como um lugar de pertença, cuidado e crescimento pessoal e coletivo.

Este tema revela-se particularmente pertinente e inspirador para o enquadramento dos Projetos de Domínio de Autonomia Curricular (DAC), uma vez que:

- integra a dimensão humana e relacional (“espaço de vida” e “lugar de afeto”), em consonância com os eixos do bem-estar, inclusão e relacionalidade presentes no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- promove a escola como um espaço de aprendizagem com sentido, que valoriza a autonomia, o pensamento crítico, a colaboração e a vivência dos valores democráticos;
- está alinhado com os princípios da flexibilidade curricular, que orientam para projetos com significado, interdisciplinaridade e ligação à vida real;
- permite desenvolver projetos que envolvam ativamente a comunidade educativa, a identidade local, a expressão artística, a sustentabilidade e outros temas estruturantes da Educação para a Cidadania.

Este tema integrador afirma-se como suficientemente amplo e transversal para envolver todas as áreas disciplinares e potenciar a articulação curricular. As disciplinas que originarão cada Projeto DAC serão definidas em sede de Conselho de Docentes/Turma.

Os eixos estruturantes dos projetos a desenvolver no âmbito dos DAC, bem como a Matriz da Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE-AEVF), são documentos elaborados pela Equipa de Autonomia e Flexibilidade Curricular|Educação para a Cidadania|Cidadania e Desenvolvimento|Projeto DAC, atualizados anualmente e apreciados/aprovados pelo Conselho Pedagógico e Conselho Geral, que podem e devem ser mobilizados como orientadores na conceção, desenvolvimento e avaliação das práticas interdisciplinares.

Este enquadramento permitirá não apenas aprofundar aprendizagens significativas, mas também cultivar uma cultura de escola mais humana, cooperante e transformadora. Ao fazer da escola um verdadeiro *espaço de vida* — onde se aprende com os outros e para o mundo — promove-se o desenvolvimento integral de cada aluno, em sintonia com os desafios do século XXI. Como nos lembra Edgar Morin, “Educar para o futuro é educar para a compreensão, a solidariedade e a responsabilidade.”

4. ESCOLA INCLUSIVA

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva, o AEVF aposta na construção de uma escola inclusiva, assumida como uma realidade estruturante da ação educativa.

Esta aposta assenta em três dimensões essenciais: a dimensão ética, referente aos princípios e valores que estão na génese da escola inclusiva; a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa, que promovem e enquadram a ação da escola e da sua comunidade educativa; e a dimensão respeitante às práticas educativas, que traduzem no quotidiano os compromissos assumidos. Nenhuma destas dimensões pode ser negligenciada ou hierarquizada, sendo todas indispensáveis à concretização de uma escola para todos.

O que muda?

- Abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo a “categoria” necessidades educativas especiais;
- Abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais;
- Estabelece um *continuum* de respostas para todos os alunos;
- Coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos;
- Perspetiva a mobilização, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.

Assim, o AEVF tem como recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

- Equipa Multidisciplinar;
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);
- Técnicos especializados para a Educação Bilíngue;
- Escola de Referência para Surdos (EREBAS);
- Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) CERCI de Lisboa e APPDA.

A inclusão só é autêntica se for construída com todos e para todos. A escola deve assumir o seu papel fundamental na consciencialização dos alunos para o exercício responsável dos seus direitos e deveres de cidadania, promovendo a participação plena e o sucesso de cada um, na diversidade de percursos e ritmos de aprendizagem.

Compete ao Agrupamento promover a formação integral dos indivíduos (crianças e jovens vocacionados para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho), preparando-os para a aprendizagem ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania responsável e empreendedora. Esta dimensão reforça a missão deste projeto.

5. TRANSIÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1. Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE)

O Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) é um instrumento estratégico de apoio à concretização do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades do **Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira**, promovendo novas dinâmicas educativas alicerçadas na integração pedagógica das tecnologias digitais. Esta articulação permite explorar, de forma intencional e sustentada, o contributo das ferramentas digitais na melhoria da qualidade das aprendizagens e na eficácia organizacional da escola.

Partindo dos princípios orientadores do Programa de Digitalização para as Escolas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020), o PADDE assume-se como um documento orientador que deve responder aos desafios atuais que a escola enfrenta num contexto de constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas. A sua construção assenta numa abordagem participativa, envolvendo toda a comunidade educativa - docentes, não docentes, alunos, encarregados de educação e parceiros - desde o diagnóstico até à implementação e avaliação das ações.

A elaboração do PADDE baseia-se na análise rigorosa dos dados recolhidos através das ferramentas europeias **Check-In** e **SELFIE**, que permitiram identificar pontos fortes e fragilidades nos três domínios centrais definidos pelo referencial europeu DigCompOrg: *Organização e Práticas de Gestão Escolar, Práticas de Ensino e Aprendizagem, e Desenvolvimento Profissional dos Docentes*. Os resultados obtidos orientaram a definição de prioridades e ações que permitam uma resposta eficaz às necessidades específicas do Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira, sempre em coerência com os valores e metas estabelecidos no seu Projeto Educativo.

A aposta na formação contínua dos docentes, no acesso equitativo às tecnologias e na adoção de metodologias inovadoras são pilares fundamentais do PADDE. Este processo de transformação digital implica uma mudança de cultura e de práticas, centrada na valorização do digital como meio para alcançar uma educação mais inclusiva, colaborativa e centrada no aluno. Trata-se de um caminho progressivo, mas essencial, para garantir um ensino mais eficaz, uma avaliação mais significativa e uma liderança mais visionária.

A formação docente, o planeamento e a implementação do PADDE constituem um processo a desenvolver até 2028.

A digitalização do ensino é, pois, uma oportunidade para repensar e transformar o processo educativo, promovendo maior qualidade nas aprendizagens, melhores resultados escolares,

menor abandono escolar e uma preparação mais sólida para os desafios de um mundo global e digital.

5.2. Plano de Ensino à Distância (E@D)

O presente Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira foi concebido com base na premissa de que o ensino decorre, preferencialmente, em regime presencial, por se considerar este o contexto mais favorável à construção do conhecimento, ao desenvolvimento integral dos alunos e à promoção de uma escola inclusiva.

Contudo, a experiência vivida no contexto da pandemia da COVID-19 demonstrou a importância de o Agrupamento estar preparado para cenários alternativos, nomeadamente o **ensino à distância ou em regime misto**. Nesse sentido, embora este Projeto Educativo não apresente o Plano de E@D, regista-se a existência de um **plano de referência**, desenvolvido durante o período pandémico, que constitui a base estruturante de qualquer futura adaptação às necessidades emergentes.

Este **Plano de Ensino à Distância** define um conjunto de **orientações comuns para o trabalho remoto de docentes e alunos**, incluindo princípios pedagógicos, critérios de comunicação, organização do tempo e recursos a utilizar, sempre em articulação com os princípios da equidade, inclusão e qualidade educativa.

Caso venha a ser necessário retomar o ensino à distância, o AEVF assegurará a sua implementação com base nesse plano previamente desenvolvido, o qual será **revisto e ajustado de acordo com as circunstâncias concretas do momento**, garantindo assim uma resposta educativa estruturada, coerente e adequada às novas realidades.

6. ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

As Atividades Extracurriculares inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. Esta estratégia assenta em três grandes vertentes:

- Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF);
- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CAF).

Considera(m)-se:

- **AAAF:** as atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades;
- **AEC:** no 1.º ciclo do ensino básico, as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação. As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) encontram-se regulamentadas pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que, no seu artigo 7.º, determina que se potenciem a natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural destas atividades.
- **CAF:** o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.”

(in <http://www.dge.mec.pt/enquadramento-7>)

De modo a favorecer as aprendizagens e contribuir para a formação integral dos alunos, as Atividades Extracurriculares das escolas do AEVF perspetivam a constituição e aprofundamento de parcerias com diversos intervenientes da comunidade educativa e de outras instituições. A organização e a operacionalização das AEC podem ser consultadas no portal do Agrupamento na internet.

7. MISSÃO, VISÃO E VALORES

O presente Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira (PEA) é referente ao **quadriénio 2024-2028** e dá continuidade ao Projeto Educativo 2020-2024, assentando num conjunto de ações que têm como objetivo responder às necessidades educativas atuais do Agrupamento face aos desafios de uma sociedade cada vez mais exigente.

Este PEA assenta numa visão humanista e inclusiva da educação, orientada por princípios fundamentais que norteiam a ação pedagógica, organizacional e relacional da comunidade escolar:

- Bem-estar · Humanismo · Ética · Inclusão · Tolerância · Justiça ·
- Responsabilidade · Disciplina · Rigor · Cooperação

Este PEA assenta em três pilares que se alicerçam na **missão**, na **visão** e nos **valores** preconizados para a vida da organização e que podem ser explicitados de acordo com o esquema que abaixo se apresenta

Missão	Visão	Valores
Prestar à comunidade um serviço educativo de excelência, contribuindo para a formação de cidadãos felizes, críticos e conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de atuar como agentes de mudança, num ambiente aberto e integrador.	Consolidar o reconhecimento do Agrupamento como unidade de sucesso, assente em práticas educativas de qualidade, capazes de mobilizar recursos e estratégias que assegurem a plena inclusão.	Atuar no combate ao insucesso escolar, através da articulação entre ciclos, do uso das tecnologias e da flexibilidade curricular, com base nos princípios orientadores apresentados no preâmbulo.

8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: BALANCED SCORECARD e SWOT

O presente Projeto Educativo estrutura-se essencialmente no modelo de gestão estratégica *Balanced Scorecard* (BSC).

8.1. *Balanced Scorecard* – Breve Apresentação

«A metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) permite aferir e valorizar os atributos distintivos das organizações, testar e conferir consistência às orientações estratégicas, reformular os processos, promover o alinhamento dos atores críticos e, finalmente, medir os resultados para possibilitar a tomada de decisões com oportunidade.»

(Caldeira, 2010)

Concebido por Robert Kaplan e David Norton, o BSC surgiu em 1992 e tornou-se revolucionário enquanto instrumento para a medição e gestão da performance, na medida em que, além de indicadores financeiros, procurou integrar nos sistemas de medição outros conjuntos de

valores intangíveis, nomeadamente nas vertentes de recursos humanos, na qualidade do serviço e nos processos internos de aprendizagem e crescimento.

O BSC não é uma teoria, é uma metodologia. Como tal, necessita de um processo de construção que antecede a sua implementação. Como afirma Pinto (2009, p. 55), “faz sentido começar pelos alicerces e pelos pilares que vão suportar toda a estrutura.”

Os três pilares fundamentais do BSC são a **Missão**, a **Visão** e os **Valores**, todos eles relacionados com estudo estratégico (análise SWOT), ocupando este uma posição central no modelo.

8.2. Estudo Estratégico — Análise SWOT

A análise SWOT tem vindo a ser utilizada por empresas e instituições no sentido de fazer análises de cenários e é um acrónimo das suas iniciais — Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). O objetivo desta análise é situar estrategicamente a empresa/instituição interna e externamente, procurando avaliar com rigor os pontos fortes e fracos da organização bem como os do meio e com isso potenciar os seus pontos fortes e esbater as suas fraquezas, no sentido de melhorar o seu funcionamento e a sua eficácia.

A análise SWOT aqui apresentada foi obtida a partir do conhecimento existente do Agrupamento, do Projeto Educativo 2020-2024 e dos respetivos relatórios de autoavaliação e de execução do Plano Estratégico, assim como do Relatório da Avaliação Externa 2023-2024.

8.2.1. Ambiente Interno

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Oferta educativa e qualidade do ensino. • Modernização dos equipamentos escolares. • Estabilidade do pessoal docente (PD) nas diversas escolas da Unidade Orgânica. • Resultados académicos. • Liderança democrática. • Instalação e condições de trabalho das escolas modernizadas. • Relação escola-família. • Áreas de excelência em várias escolas da Unidade Orgânica. • Relação da escola com a comunidade escolar. • Adequação das respostas educativas prestadas pela educação especial a alunos com necessidades educativas especiais, visando a plena integração e sua inclusão. • Protocolos eficientes com parcerias externas. • Articulação eficaz entre as associações de pais e as escolas da Unidade Orgânica.	• Desigualdade ao nível dos resultados escolares entre estabelecimentos de ensino da Unidade Orgânica. • Número reduzido de assistentes técnicos e operacionais. • Número de divulgações de atividades/iniciativas nos meios de informação e comunicação. • Número de docentes do quadro do agrupamento em mobilidade noutras Unidades Orgânicas.

8.2.2. Ambiente Externo

OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
• Alargamento e qualidade da oferta e seu reforço. • Continuidade escolar (escolaridade obrigatória). • Elaboração de protocolos de colaboração com entidades externas, com vista à melhoria e qualidade do serviço prestado. • Candidatura a projetos nacionais de combate ao insucesso e absentismo escolar, bem como de boas práticas e áreas de excelência. • Articulação eficaz entre o trabalho desenvolvido pelas várias escolas das várias realidades da Unidade Orgânica, no sentido de aproveitamento das sinergias existentes. • Utilização dos vários meios de comunicação como veículo eficaz de informação. • Potenciar a participação em projetos e parcerias de índole social, desenvolvimento pessoal e profissional, de forma a aumentar a eficácia dos recursos. • Municipalização (recursos humanos).	• Gestão burocrática de procedimentos solicitados pela tutela. • Dimensão da Unidade Orgânica. • Multiplicidade de plataformas na recolha de informação. • Municipalização (transferência de competências da DRE para o poder local - contratações de serviços de suporte à gestão da escola).

9. PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

As linhas orientadoras desta organização educativa representam o caminho que deve ser seguido pela organização no horizonte temporal do seu plano estratégico.

9.1. Objetivos estratégicos e estratégias de intervenção

As ações projetadas no âmbito deste *PEA* procuram refletir a realidade escolar e social, do local ao global, tendo o aluno como principal referencial, visando prevenir o insucesso, de modo a traduzir-se numa melhoria sustentada da formação do indivíduo nas várias áreas do conhecimento, científico, pessoal e social, promovendo assim o *Aprender*, como um agente de mudança, contribuindo para construir sociedades igualitárias e sustentáveis.

Foi na perspetiva de uma escola inclusiva, de rigor e de exigência, motor de cidadania e de alicerce para a vida social, emocional e intelectual, que foram definidos os seguintes objetivos estratégicos e linhas de ação:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	LINHAS DE AÇÃO
Promover o sucesso, elevando as expectativas e interesse do ensino prestado neste Agrupamento de Escolas.	• Melhoria das aprendizagens, orientadas para o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e nas Aprendizagens Essenciais das diferentes disciplinas; • Promoção do sucesso escolar através da aquisição de competências potenciadoras de resolução de problemas pessoais e sociais; • Aplicação do Plano de Capacitação Digital de professores, de forma a garantir a aquisição das competências necessárias ao ensino neste novo contexto digital; • Desenvolvimento e divulgação da utilização de Recursos Educativos Digitais de qualidade para apoio às diferentes áreas curriculares.
Promover a disciplina, apropriando os alunos de um verdadeiro desenvolvimento pessoal e social.	• Realização de atividades no âmbito da “Cidadania e Desenvolvimento” como estratégia na redução da indisciplina; • Utilização de metodologias que permitam trabalhar competências sociais, tais como, dinâmicas de grupo, atividades de resolução de problemas e debates temáticos; • Implementação do Apoio Tutorial Específico, e do Apoio Tutorial Preventivo que ajude os alunos em risco de desorganização do seu percurso escolar e de vida.
Intensificar a articulação curricular entre níveis e ciclos de educação e ensino, fomentando uma verdadeira coesão interna.	• Articulação horizontal e vertical entre níveis e ciclos de ensino através da identificação concreta de fragilidades, para melhoria do desenvolvimento das capacidades; • Reforço da articulação vertical, nomeadamente da gestão dos currículos entre os diversos níveis de ensino; • Reforço da articulação baseada em atividades de intercâmbio entre os ciclos.

Promover uma cultura de avaliação dos resultados.	• Promoção da avaliação formativa e da autorregulação da aprendizagem dos alunos. • Promoção de momentos de reflexão colaborativa sobre os resultados e estratégias de melhoria. • Utilização sistemática dos dados de avaliação para melhoria das práticas pedagógicas.
Envolver a comunidade educativa na vida do Agrupamento, incentivando uma maior participação dos alunos e dos Pais/EE, bem como de outras entidades com responsabilidade social, na dinâmica organizacional e social da escola.	• Participação efetiva da comunidade educativa na definição das políticas educativas a implementar pelo Agrupamento; • Dinamização da comunicação entre a escola e as famílias, através de canais diversificados, claros e simples, disponíveis para todas as famílias. • Promoção da comunicação entre a Direção, o Conselho Geral, o Conselho Pedagógico e as várias estruturas intermédias; • Promoção da comunicação entre a Direção e o Pessoal Não Docente; • Envolvimento dos alunos nos órgãos e estruturas em que participam; • Desenvolvimento de uma efetiva colaboração escola-família, de forma a promover o envolvimento e a responsabilização dos Pais/Encarregados de educação no processo educativo; • Rentabilização dos recursos físicos e humanos existentes no Agrupamento e sua colocação ao serviço da comunidade em geral.
Consolidar o processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas.	• Atualização e divulgação regular dos instrumentos e critérios de autoavaliação do Agrupamento. • Calendarização anual de etapas e momentos-chave do processo de autoavaliação. • Utilização sistemática dos resultados da autoavaliação para a definição de planos de melhoria.

Melhorar os procedimentos/processos administrativos, clarificando as ações que lhes estão inerentes, definindo prazos e responsabilizando os intervenientes.	• Mapeamento e documentação detalhada de todos os processos administrativos existentes. • Definição clara de prazos e responsáveis para cada etapa dos processos administrativos. • Implementação de um sistema de monitorização para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos. • Formação contínua para todos os envolvidos nos processos administrativos sobre boas práticas e responsabilidades. • Avaliação periódica da eficácia dos processos e ajustes com base nos resultados obtidos.
---	---

9.2. Objetivos, metas e indicadores de avaliação

O Projeto Educativo 2024-2028 assenta na vasta experiência da Unidade Orgânica, integrando as aprendizagens institucionais acumuladas e os desafios pedagógicos enfrentados ao longo do tempo. Tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade e exigente, cientificamente atualizado ao nível dos conteúdos e das metodologias, promovendo, em simultâneo, uma educação orientada por valores humanistas, essenciais à formação integral dos cidadãos.

As atuais orientações das políticas educativas reforçam a importância de, enquanto organização, questionar, avaliar e reformular continuamente os seus processos, numa lógica de melhoria contínua.

Os indicadores agora definidos tiveram em consideração o *Relatório de Avaliação Externa 2023-2024*, que espelha os resultados da avaliação realizada ao Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira. Esta avaliação foi conduzida por uma equipa de avaliadores, segundo uma metodologia abrangente que incluiu a observação da prática educativa e letiva, efetuada nos dias 4 e 5 de dezembro de 2023, a análise dos documentos estruturantes e dos dados estatísticos oficiais, bem como a consideração das respostas aos questionários de satisfação aplicados a alunos, docentes, não docentes e pais/encarregados de educação.

Neste contexto, os objetivos, metas e indicadores de avaliação agora definidos refletem a estratégia de ação e os objetivos a atingir pelo Agrupamento no âmbito do presente Projeto Educativo 2024-2028. Estes organizam-se em quatro domínios de intervenção fundamentais: **autoavaliação, liderança e gestão, prestação do serviço educativo e resultados.**

Nas tabelas dos quatro Domínios de Intervenção, registou-se a sombreado azul as áreas de melhoria que constam no *Relatório de Avaliação Externa 2023-2024*.

AUTOAVALIAÇÃO

OBJETIVO(S)	META(S)	INDICADOR(ES)	MONITORIZAÇÃO
O planeamento da autoavaliação, que agregue e mobilize toda a comunidade, em torno de ações que concorram de forma estratégica, concertada e sustentável para melhorar a prestação do serviço educativo e a qualidade das aprendizagens.			
Desenvolver práticas sistemáticas de autoavaliação.	Promover ciclos de autoavaliação bienais (2026 e 2028), envolvendo docentes, alunos e encarregados de educação, nas áreas definidas como prioritárias no Projeto Educativo.	Número de domínios e áreas autoavaliadas.	Relatório de autoavaliação.
Desenvolver práticas sistemáticas de monitorização das atividades e medidas implementadas.			Relatórios de monitorização.
Adotar medidas e estratégias de melhoria que reflitam as conclusões da monitorização e da autoavaliação, quer a nível do desenvolvimento profissional, quer a nível organizacional.			Reajustamento de Estratégias. Plano(s) de melhoria

LIDERANÇA E GESTÃO

OBJETIVO(S)	META(S)	INDICADOR(ES)	MONITORIZAÇÃO
A clarificação, nos documentos estruturantes, de uma matriz identitária do Agrupamento, que reflita especificidades territoriais e comunitárias e oriente para a concretização de uma estratégia coesa para o seu desenvolvimento, diminuindo as discrepâncias existentes entre os estabelecimentos de educação e ensino.			
Reforçar a coesão e identidade do Agrupamento. Promover externamente a imagem do Agrupamento. Promover práticas de articulação entre os vários estabelecimentos de ensino do Agrupamento. Promover atividades que envolvam a comunidade escolar em torno de um objetivo comum.	Promover atividades que envolvam a comunidade escolar em torno de um objetivo comum. Divulgar o Projeto Educativo, de modo a que seja assumido por todos. Promover a organização da celebração de efemérides e eventos (Dia do Agrupamento, Dia do Diploma, dias comemorativos, etc.), prémios literários/artísticos/desportivos e atividades agregadoras que sejam identitárias do Agrupamento. Envolver os alunos em ações que visem o bem comum. Promover práticas de articulação entre os vários estabelecimentos de ensino do Agrupamento.	Número de atividades realizadas no Agrupamento que envolvam a comunidade escolar em torno de um objetivo comum. Grau de satisfação dos membros da comunidade escolar.	Inquéritos Publicações na página do Agrupamento
Organizar pedagogicamente o AEFV com vista ao sucesso escolar e inclusão	Garantir que as taxas de sucesso sejam aproximadas, em todas as turmas do mesmo ano e curso.	Grau de satisfação com as medidas implementadas	Inquéritos a docentes e a discentes

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO			
OBJETIVO(S)	META(S)	INDICADOR(ES)	MONITORIZAÇÃO
A generalização de práticas que integrem a aprendizagem cooperativa e ativa, a resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos, bem como o reforço da articulação e da inovação curriculares, como forma de melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens, com reflexos no sucesso educativo.			
O uso mais sistemático e generalizado de feedback, para regulação do ensino e da aprendizagem, assim como um maior envolvimento dos alunos nos processos de avaliação pedagógica, para que se apropriem de orientações que lhes permitam saber como melhorar as suas aprendizagens.			
Reforçar a articulação horizontal e vertical dos currículos, através de trabalho colaborativo e desenvolvimento de atividades interdisciplinares.	Promover reuniões de articulação horizontal e vertical. Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam pelo menos duas disciplinas.	Atividades de Conselho de Turma e de Departamento Atividades do PAA multidisciplinares Atividades no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular (DAC/ Cidadania,...)	Relatórios de Monitorização das atividades
Promover o uso de recursos digitais em sala de aula pelos alunos.	Promover o uso de recursos digitais pelas diferentes disciplinas.	Questionário anual aos alunos Questionário anual aos coordenadores de departamento	Aplicação de questionários Google Forms, no final do ano letivo
Diversificar práticas e instrumentos de avaliação, privilegiando a avaliação formativa.	Utilizar técnicas e instrumentos de avaliação diversificados, de acordo com as metodologias e a natureza das aprendizagens.	Feedback de disciplinas e de professores que utilizam a avaliação numa lógica formativa, contínua e sistemática, valorizando a progressão das aprendizagens.	Critérios de avaliação Instrumentos de avaliação Relatórios das estruturas intermédias.
	Definir critérios de avaliação organizados por domínios de avaliação.		
	Utilizar os dados recolhidos na avaliação dos alunos numa perspetiva formativa.		
	Utilizar os dados da avaliação externa, em particular das provas de aferição, no planeamento do processo ensino/aprendizagem.		
Fomentar o envolvimento dos Encarregados de Educação no processo educativo dos educandos.	Promover a participação dos Encarregados de Educação nas reuniões de turma e nas reuniões individuais presenciais.	Contactos com Educador/ Professor Titular/ Diretor de Turma	Feedback dos Coordenadores do Pré-Escolar e de Ciclo
Incentivar a entreaajuda ajuda entre alunos.	Promover ações de mentoria.	Plano Curricular de Turma/ Grupo	Dados estatísticos
Monitorização de medidas de apoio e melhoria (apoio individual/pequeno grupo e salas de estudo/ outras medidas).	Promover a melhoria dos resultados escolares.	Cruzamento das medidas adotadas com os resultados da avaliação sumativa interna	Conclusões dos Relatórios dos Departamentos

RESULTADOS ESCOLARES

OBJETIVO(S)	META(S)	INDICADOR(ES)	MONITORIZAÇÃO
Reduzir as assimetrias nos resultados entre os diferentes estabelecimentos de ensino. Melhorar os níveis de sucesso.			
Promover a articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, o 1.º e o 2.º ciclo do ensino básico, o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico e entre este e o ensino secundário.	Aproximar a média interna dos resultados da avaliação sumativa entre as escolas do Agrupamento. Igualar/Melhorar a média nacional para alunos com um perfil socioeconómico semelhante.	Percentagem de alunos que conclui o 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.	Dados MISI Dados Infoescolas
Promover o sucesso nas diferentes disciplinas, adequando as respostas educativas às necessidades dos alunos.	Manter/Melhorar as taxas de transição e de aprovação nos diferentes anos/ciclos	Taxas de transição (2.ª, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º, 10º e 11º) Taxas de aprovação (4.º, 6.º, 9.º e 12.º)	Dados MISI Dados Infoescolas
Promover a excelência escolar.	Manter/Melhorar o número de alunos do quadro de mérito escolar e/ou cívico	Percentagem de alunos em Quadro de Mérito Académico e Cívico.	Dados estatísticos do final de cada ano letivo
Melhorar os resultados da avaliação externa no ensino básico.	Melhorar a taxa de sucesso dos alunos nas provas finais de ciclo a Português e Matemática, no 9.º ano.	Taxas de sucesso a nível nacional. Taxas de sucesso dos 2 anos anteriores no AEVF.	Dados IAVE
Melhorar os resultados da avaliação externa no ensino secundário.	Melhorar as médias de classificação de exame nas disciplinas dos cursos científico-humanísticos, cuja média está abaixo da média nacional. Melhorar a tendência de evolução das médias de classificação de exame em algumas disciplinas.	Taxas de sucesso a nível nacional. Taxas de sucesso dos 2 anos anteriores no AEVF.	Dados IAVE

10. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Através do grau de concretização dos objetivos medir-se-á a eficácia da estratégia. Há necessidade de se perceber o ponto de situação do grau de execução do seu plano estratégico e operacional, entender a forma como os objetivos estão a ser cumpridos, perceber o seu nível de concretização, quem contribui, onde está a excelência e quais os constrangimentos.

Todas estas questões precisam de ser respondidas de forma continuada e no curto prazo. Nesta perspetiva, efetuar-se-á uma avaliação bienal do Projeto Educativo do Agrupamento, através da medição dos diferentes indicadores de resultados.

A avaliação do presente Projeto Educativo do Agrupamento será realizada no final de um período de dois anos letivos, comparando-se os resultados esperados face aos resultados efetivamente alcançados, na perspetiva da avaliação da qualidade. Esta avaliação terá por base a análise dos resultados do desempenho escolar dos alunos, da monitorização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (PADDE) e das respostas aos questionários de satisfação, aplicados aos vários agentes da Comunidade Educativa do Agrupamento. A recolha e análise destes elementos constituem igualmente uma oportunidade de reflexão sobre o quotidiano escolar, permitindo proceder às alterações pertinentes e necessárias à melhoria da dinâmica organizacional e social da escola e da qualidade de ensino ministrado nesta Unidade Orgânica.

Este processo de avaliação anual, será desenvolvido nos Departamentos Curriculares, no Conselho Pedagógico e no Conselho Geral do Agrupamento, com maior objetividade e em pormenor no final do quadriénio 2024/2028, com recurso às equipas de trabalho constituídas para o efeito.

11. MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A elaboração do presente Projeto Educativo resultou da análise refletida das contribuições da comunidade educativa, das avaliações realizadas nos últimos ciclos de planeamento e das dinâmicas colaborativas já instituídas no Agrupamento. Este percurso participativo constitui a base de um documento que se pretende vivo, integrador e orientado para a melhoria contínua.

Enquanto instrumento estratégico e orientador da ação educativa, o Projeto Educativo deve constituir-se como um compromisso coletivo que mobiliza todos os elementos da comunidade escolar na concretização dos objetivos e metas nele definidos.

A sua validação pelo Conselho Pedagógico e aprovação pelo Conselho Geral marcam o início de um processo contínuo de partilha, envolvimento e responsabilização. Assim, a mobilização da comunidade educativa será assegurada através da comunicação do documento por diferentes vias, adaptadas a cada grupo:

- Alunos: através dos seus educadores, professores titulares de grupo/turma, diretores de turma e respetivos pais e encarregados de educação;
- Professores: através dos coordenadores de departamento, coordenadores de conselhos de docentes, representantes de disciplina e Direção;
- Assistentes operacionais e assistentes técnicos: através dos respetivos chefes e dos seus representantes no Conselho Geral e no Conselho Pedagógico;
- Pais e encarregados de educação: através das Associações de Pais e dos seus representantes nos órgãos de direção e gestão, bem como dos representantes de turma;
- Toda a comunidade educativa: através da sua disponibilização no Portal do Agrupamento.

Para além da sua divulgação, é fundamental promover uma cultura de participação ativa na concretização do Projeto Educativo, nomeadamente através da colaboração na sua avaliação bienal. Este momento constitui uma oportunidade essencial para refletir sobre o percurso realizado, identificar boas práticas e reajustar estratégias, assegurando a melhoria contínua do trabalho educativo.

A mobilização da comunidade educativa, enquanto prática permanente e dinâmica, reforça o sentimento de pertença, fortalece a coesão institucional e contribui para uma escola mais participada, inclusiva e orientada para o sucesso de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alaiz, V., Góis, E. e Gonçalves, C. (2003). *Autoavaliação de Escolas: Pensar e Praticar*. Porto: Edições ASA.
- Caldeira, J. (2010). *Balanced Scorecard no Estado*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Carmo, H. (2015). *Intervenção social em grupos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pinto, F. (2007). *Balanced Scorecard - Alinhar Mudança, Estratégia e Performance nos Serviços Públicos*. Porto: Edições Sílabo.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- Plano de Ação para a Transição Digital, de 21 de abril de 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020)
- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho
- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
- Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Despacho n.º 5908/2017
- Portaria n.º 644-A/2015
- Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho - Procede à segunda alteração ao Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Ministério da Educação e Ciência. Diário da República, 1.ª Série, n.º 126.
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - Aprova o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Ministério da Educação e Ciência. Diário da República, 1.ª Série, n.º 79.

OUTROS DOCUMENTOS

- Relatórios da Avaliação Externa - Inspeção-Geral da Educação e Ciência - Escola Secundária de Vergílio Ferreira, Agrupamento de Escolas S. Vicente/Telheiras e Agrupamento de Escolas de Telheiras;
- Relatórios de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira;
- Plano de Ação Estratégica da Autonomia e Flexibilidade Curricular do AEVF.

ANEXOS

ANEXO 1. OFERTA EDUCATIVA 2024/2025

O Agrupamento oferece a matriz curricular apresentada na tabela seguinte.

OFERTA EDUCATIVA 2024/2025	
Pré-escolar	
- Área de Formação Pessoal e Social - Área de Expressão e Comunicação - Área de Estudo e Conhecimento do Mundo	
1.º Ciclo	
- Português - Inglês - História e Geografia de Portugal - Matemática - Ciências Naturais	- Educação Física - Cidadania e Desenvolvimento - Apoio ao Estudo - Educação Moral e Religiosa (facultativo) - Atividades de Enriquecimento Curricular (facultativo)
2.º Ciclo	
- Português - Inglês - História e Geografia de Portugal - Matemática - Ciências Naturais - Educação Visual	- Educação Tecnológica - Educação Musical - Educação Física - TIC - Cidadania e Desenvolvimento - Apoio ao Estudo (facultativo) - Educação Moral e Religiosa (facultativo)
3.º Ciclo	
- Português - Inglês - Francês - História - Geografia - Matemática - Ciências Naturais - Físico-Química	- Educação Visual - Educação Tecnológica - Educação Musical - Educação Física - TIC - Cidadania e Desenvolvimento - Complemento à Educação Artística - Educação Moral e Religiosa (facultativo)
Ensino Secundário	
Cursos Científico-Humanísticos - Ciências e Tecnologias - Ciências Socioeconómicas - Línguas e Humanidades - Artes Visuais	Curso Profissional Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
CAA (Centro de Apoio à Aprendizagem)	
Bibliotecas/Oficina de Aprendizagem/ Gabinete de Apoio ao Aluno Unidades de Apoio Especializado: - Unidade de Ensino Estruturado (UEE): EBPM/JI, EBSV - Unidade de Apoio à Multideficiência (UAM): EB1T,EBSV - Unidade de Apoio Mista - ESVF Projetos: (consultar o ANEXO 2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E EDUCATIVO)	

ANEXO 2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E EDUCATIVO

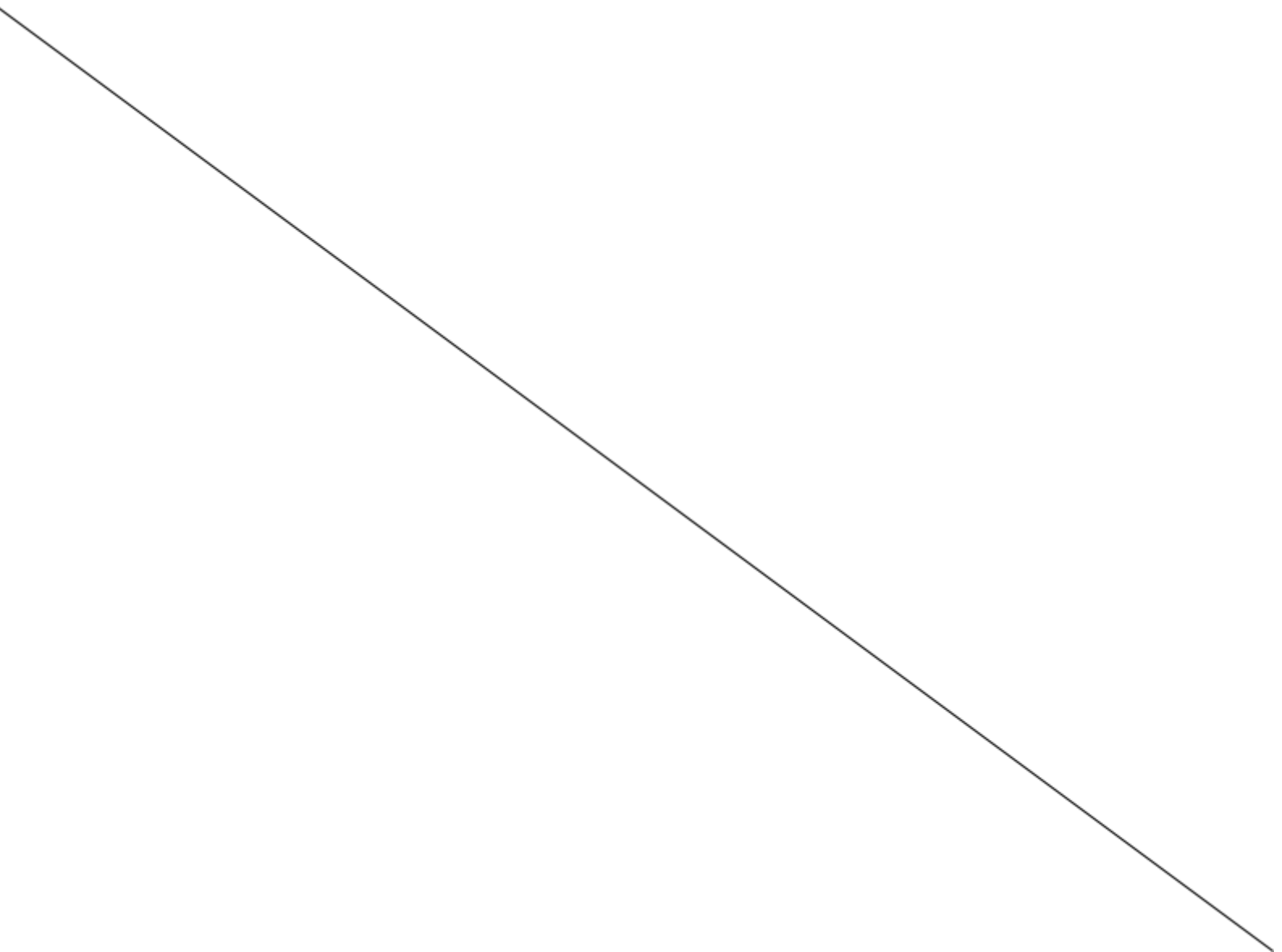
Os Projetos de Desenvolvimento Pedagógico e Educativo constituem uma dimensão essencial da ação do Agrupamento, promovendo práticas inovadoras e integradoras que reforçam a qualidade das aprendizagens, a inclusão e o sucesso educativo de todos os alunos. Estas iniciativas, alinhadas com os princípios do Projeto Educativo, traduzem-se em respostas ajustadas às necessidades da comunidade escolar e em dinâmicas que valorizam a autonomia, a cidadania e o desenvolvimento integral dos alunos.

- **Visitas de Estudo** - no âmbito do enriquecimento curricular o Agrupamento planeia diversas atividades, nomeadamente visitas de estudo, que são objeto de definição anual.
- **Projeto do Desporto Escolar** - tem como principais objetivos aplicar as competências adquiridas nas aulas, fomentar um bom clima de relações pessoais, elevando o espírito de grupo e os valores da ética desportiva.
- **Projeto de Promoção Educação para a Saúde (PPES)** - promotor da inclusão da Educação para a Saúde no PE, desenvolve-se anualmente e visa contribuir para a criação de um ambiente escolar saudável, potenciador do desenvolvimento equilibrado dos alunos e inibidor ou diminuidor dos fatores de risco.
- **Clubes e projetos** - atividades de natureza lúdica, cultural e formativa, constituindo parte da oferta educativa do Agrupamento para a ocupação dos tempos livres, contribuindo para a formação integral dos alunos, estimulando a criatividade, a sensibilidade estética, o gosto pela cultura e pelo desporto e as relações interpessoais, como definido no perfil do aluno:
 - a) Desenvolvimento Emocional e Social no 1.º Ciclo
 - b) Crescer a Mexer
 - c) Clube Ciência Viva na Escola
 - d) Clube Europeu
 - e) Parlamento dos Jovens - Ensino Básico e Ensino Secundário
 - f) Clube DELF
 - g) COOLturArtes
 - h) Encontro às Cegas
 - i) Atelier de Gravura/Impressão e Atelier de Ilustração
 - j) Clube Biosfera
 - k) “Não somos só horta” - O rótulo é teu, não é meu
 - l) Escola Eletrão
 - m) Clube Desporto Escolar (CDE)

ANEXO 3. PARCERIAS E PROTOCOLOS

As parcerias e protocolos referidos estão sujeitos a revisão periódica no âmbito dos processos de monitorização e avaliação institucional, podendo ser objeto de atualização ou alteração em função das necessidades identificadas e da evolução do contexto educativo.

- Câmara Municipal de Lisboa
- Junta de Freguesia de Carnide
- Junta de Freguesia do Lumiar
- Junta de Freguesia de Alvalade
- Universidade de Lisboa (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Escola Superior de Belas Artes, e outros)
- Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)
- Escola Superior de Educação de Viseu
- Centro de Saúde de Sete Rios, Centro de Saúde Lumiar, Centro de Saúde de Alvalade
- Escola Segura (PSP)
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens
- Instituto Gregoriano de Lisboa
- Academia de Música de Lisboa
- Alliance Française de Lisbonne
- Rede de Bibliotecas Escolares e Plano Nacional de Leitura.
- Congregação das Irmãs Carmelitas Teresianas
- Lar Maria Droste
- Fundação Vítor Reis Morais (Lar Adolfo Coelho)
- Sport Lisboa e Benfica
- Sporting Clube de Portugal
- Federação Portuguesa de Krav Maga (FPKM)
- Escola de Judo Nuno Delgado (EJND) (E. B. São Vicente - Telheiras)
- Bombeiros
- *Around the Future* (Criação de Infraestruturas Desportivas na EBT)



Projeto Educativo Aprovado em 18 de setembro de 2025
pelo Conselho Geral do AEVF